

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.

No dia trinta e um do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e quarenta e dois minutos, foi realizada uma reunião ordinária presencial na sede da Secretaria do Meio Ambiente, no Horto Florestal. Seguem os membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sr. Mauro Francisco de Aquino, Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, representando a presidência do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sra. Gleyze Rodrigues Germano, representando a Sindinvest; Sr. Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sra. Josiane Macedo de Andrade Almeida, representando o IEF; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sra. Roberta Souza Cruz Bastos, representando a UNIFAMINAS; Sr. Frederico de Melo Machado, representando a Secretaria Municipal de Obras Públicas; Sr. David de Souza Aguiar, representando o CREA- MG; Sr. Rogerio Loures Moreira, representando o DEMSUR; Sr. Volney Rosa da Silva, representando a Grama – AMA; Sr. Willian Oliveira Secunho, representando a Secretaria Municipal de Saúde. Registraram-se a presença da Sr. Rafaela Silva e Sr. Renato Sigiliano. Sr. Sergio Vilhena iniciou a reunião cumprimentando os membros presentes e deu início a primeira pauta sobre Intervenção em App, cujo parecer técnico foi enviado aos membros via e-mail e WhatsApp para análise previa, processo em questão de nº 41042/2024, requerido pela Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração Pública LTDA, localizado na Rua José Augusto de Abreu, no 1000, Bairro Augusto de Abreu, Muriaé – MG, com área de intervenção de 1.370,13 m², onde passa pelo córrego Santa Helena, com largura da faixa marginal de 30 (trinta metros). No parecer enviado, consta que não haverá supressão de vegetação e não é de caráter corretivo. Foi apresentada a conta de energia do imóvel do ano de 2006. Consta no parecer o enquadramento Legal da APP: Lei Estadual no 20922 de 16/10/2013 - I - as faixas marginais de cursos d'água naturais perenes e intermitentes, excluídos os efêmeros, medidas a partir da borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30m (trinta metros), para os cursos d'água de menos de 10m (dez metros) de largura. A finalidade de uso da intervenção requerida: (atual e futuro da área): outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente. O objetivo da regularização: regularização de edificação em zona urbana, com embasamento legal na Deliberação Normativa COPAM no 236, de 02 de dezembro de 2019. Considerando-se atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental. O responsável técnico em declaração, considerou que a intervenção em APP em questão não acarretará impactos ambientais nos meios baixo impacto ambiental não comprometerá as funções ambientais artigo 4º da Deliberação Normativa COPAM no 236/2019 e opina pelo deferimento da solicitação de intervenção em APP. No parecer consta a rua com denominação desde 29 de abril de 1967. Averiguou-se via consulta de imagem de satélite anteriores a 22 de julho de 2008, que parte do período anterior, obtida no software Google Earth a imagem mais pretérita registrada é abril de 2023, é possível perceber que já existia um processo de urbanização consolidado na Rua José Augusto de Abreu. A via é existente e com denominação desde o ano de 1967 e com edificação no local desde o ano de 2006. Área antropizada com uso alternativo do solo desde a década de sessenta, o bairro possui toda a infraestrutura local servido por saneamento, energia elétrica, via pavimentada entre outras. Fazendo-se o melhor local para sua implantação. Conclui-se então que trata-se de um lote urbano aprovado antes 22 de julho de 2008 (Bairro Augusto Abreu), devidamente registrados no Cartório de Registros de Imóveis, situados às margens de vias públicas dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução para esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial é considerada de baixo impacto ambiental cumprindo os requisitos da Deliberação Normativa COPAM no 236/2019, art. 1º, IX e o artigo 4º, que após análise técnica das informações contidas nos estudos apresentados, e, considerando a legislação vigente, foi

manifestado pela equipe técnica, parecer favorável pelo deferimento do requerimento para Intervenção com supressão arbórea exótica de uma área de 1.370,13 m². Apresentou-se as opções de medidas compensatórias: Opção 01 - plantio de mudas de espécies arbóreas. Não há área viável para implantação de PTRF no empreendimento (edificação ocupa toda a área do terreno); Opção 02 – compensação ambiental por meio de execução de programas, planos e projetos, e apresentar projeto ou depósito: custo de plantio de 1 hectare de mata atlântica. Totalizando o valor R\$ 20.500,00 para 10.000 m² ou seja R\$ 2,05m², e como a APP tem intervenção total 1.370,13 m², o valor de insumos a adquirir é R\$2,05 x 1.370,13, totalizando R\$ 2.808,77; ou opção 03 – compensação ambiental em pecúnia, a ser destinada ao Fundo Municipal de Defesa. Após a explanação, foi aberto aos membros para discussão sobre o processo. Sr. Frederico de Melo Machado questionou se não poderia usar o sistema CUB – Custo Unitário Básico para padrão galpão industrial, e Sr. Sergio Vilhena justificou que não seria possível pois já existe edificação. Sr. Frederico de Melo Machado questionou se foi aprovado sem o povoa-se, e questionou se existe escritura. Sr. Sergio Vilhena informou que as escrituras foram unificadas. Sr. Frederico de Melo solicitou em reunião para que ele analisasse a escritura. Sr. Sergio Vilhena informou que o requerente tem alvará de funcionamento. Com relação a outra edificação do outro lado, foi solicitado a garantia de que não tenha mais construção e para que mantenha o local sempre limpo. Sra. Josiane Macedo de Andrade Almeida solicitou a palavra e informou que a intervenção requerida é de caráter corretivo e que inclusive deve ser autuado, pois imóveis urbanos aprovados até 22 de julho do ano de 2008 pode regularizar de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 236, e anterior ao ano de 2000 não precisa regularizar, e neste caso é do ano de 2006. Sr. Frederico de Melo Machado solicitou que fizesse a cronologia das escrituras. Sr. Mauro Francisco Aquino informou que a rua já era denominada no ano de 1967 e a Lei 6.766 é de 1979 e anterior a esta data não precisaria de povoa-se. Sra. Josiane Macedo de Andrade Almeida comentou sobre a área da frente, onde o requerente construiu e depois demoliu, e desta forma o requerente deve ser autuado pois é de caráter corretivo. Sobre a compensação ambiental, o Sr. Mauro Francisco de Aquino, sugeriu fazer pelo CUB – Custo Unitário Básico, e contabilizar da data atual. Sr. Sergio Vilhena então, informou que será feito o auto de infração, pois mudará para caráter corretivo, e contabilizou na hora da reunião através do site do Sinduscon – Juiz de Fora – Custos Unitários Básicos de construção (NBR 12.721:2006 – CUB 2006) – setembro de 2024. Como a área de objeto da intervenção é de 1.370,13 m², o valor total ficou em R\$ 32.580,87 a ser depositados no fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, como compensação pela intervenção. Sr. Sergio Vilhena informou que será feito o auto de infração por ser corretivo e será feito todas as adequações necessárias e cumprir todas as condicionantes da opção 03. Após a explanação e as correções que serão feitas, todos os membros deliberaram a favor da solicitação do processo Sr. Josiane Macedo constatou que construções a partir de 26 de maio do ano de 2.000 já é considerado corretiva. Finalizando esta pauta, Sr. Douglas Barbosa Castro deu início a pauta sobre as solicitações de supressões, cujo parecer técnico foi enviado aos membros via e-mail e WhatsApp. O primeiro processo é um Boletim de Ocorrência 188/2024 e refere-se a solicitação de supressão de dois coqueiros. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram situação condizente ao relatado na vistoria da Defesa Civil. Considerando serem árvores frutíferas, exóticas, em grande porte, localizadas em pequeno espaço e próximos à residência do solicitante, a câmara técnica é favorável ao deferimento da solicitação. A câmara técnica foi favorável ao deferimento da supressão condicionado ao plantio equivalente a duas vezes ao número de árvores suprimidas, sendo o total quatro árvores ou doação do mesmo número de mudas ao setor de Meio Ambiente, no Horto Florestal, para serem utilizados nos projetos da secretaria. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 186-24-MUR-CRT pelo sistema APROVA refere-se a solicitação de supressão de dois oitis. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram duas árvores de nome popular ‘Oiti’

93 em canteiro próximo ao acesso entre a rodovia BR116 e o empreendimento do solicitante. As árvores
94 estão em médio porte, com copa densa, em boas condições fitossanitárias, não sendo verificado nenhum
95 dano à sua estrutura. Considerando a justificativa apresentada pelo requerente, observa-se que a copa
96 da árvore pode prejudicar a visibilidade do trânsito, especialmente para os veículos que vão acessar a
97 BR-356. Também devido à proximidade com o poste, a copa de uma das árvores está em contato com
98 a fiação, trazendo riscos de choque elétrico e problemas na transmissão de energia local. Dessa forma,
99 a câmara técnica recomenda a supressão da árvore próxima ao poste e a poda drástica das árvores
100 (entre 50 a 70% da copa) a fim de melhorar a visibilidade e a segurança do local. A câmara técnica foi
101 favorável ao deferimento do pedido, recomendando a supressão uma árvore e a poda drástica da outra,
102 e o depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores (uma árvore) no Fundo Municipal
103 do Meio Ambiente, totalizando 05 UPFM (R\$ 37,95), somente após a anuência do DNIT, pois ta na
104 faixa de domínio. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo
105 com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 205-24-MUR-CRT pelo sistema APROVA
106 refere-se a solicitação de supressão de seis Oiti. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria
107 Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram seis árvores de nome popular Oiti plantadas
108 em linha ao lado de uma piscina em construção. As árvores se distanciavam em cerca de 2 metros da
109 borda da nova piscina e, de acordo com o projeto apresentado, as árvores estão sobre o local onde
110 serão instaladas as tubulações que ligam a piscina à casa de máquinas. A câmara técnica foi favorável
111 ao deferimento do pedido, condicionado ao depósito do valor pecuniário proporcional ao número de
112 árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente, totalizando 30 UPFM (R\$ 227,70). Os membros do
113 CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida.
114 O próximo processo nº 209-24-MUR-CRT pelo sistema APROVA refere-se a solicitação de um oiti e
115 duas Palmeiras. Em vistoria no local, foi verificado que os indivíduos arbóreos listados se encontravam
116 em local de segurança (portão de entrada da Penitenciária) podendo comprometer a qualidade e
117 alcance do monitoramento local. A câmara técnica é favorável ao deferimento da solicitação,
118 condicionado ao plantio equivalente a duas vezes ao número de arvores suprimidas, sendo o total seis
119 árvores. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a
120 condicionante estabelecida. O próximo processo nº 040640/2024 refere-se à solicitação de supressão de
121 um ipê amarelo e um oiti. Foi questionado se esse processo tem alvará, pois a garagem está em
122 construção, e foi respondido que sim. A câmara técnica foi favorável ao deferimento da solicitação,
123 condicionado ao plantio cinco espécies de ipê amarelo no mesmo local mais duas mudas adequadas a
124 arborização urbana. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de
125 acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 39996/2024 e refere-se a solicitação
126 de espécie que não foi possível identificar. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de
127 Urbanismo e Meio Ambiente verificaram que o local indicado não possuía árvores e que o imóvel já
128 estava demolido. Deverá ser investigada a supressão sem autorização para que sejam tomadas as
129 medidas cabíveis. A câmara técnica foi favorável ao indeferimento do pedido. Os membros do
130 CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica. O próximo processo nº 040012/2024 refere-se
131 a solicitação de supressão de um abacateiro. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal
132 de Urbanismo e Meio Ambiente um abacateiro em grande porte, localizado ao lado de um depósito,
133 apresentando inclinação em direção ao imóvel, exercendo carga sobre ele. Devido ao risco aos
134 trabalhadores do local, bem como os danos provocados ao patrimônio privado, a câmara técnica é
135 favorável ao deferimento do pedido de supressão, condicionados a doação de mudas ao setor de meio
136 ambiente, equivalente a 2 vezes ao número de arvores suprimidas, sendo o total de duas mudas de
137 espécie arbórea ou o depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo
138 Municipal do Meio Ambiente (5 UPFM = R\$ 37,95). Os membros do CODEMA foram favoráveis ao
139 parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº
140 040033/2024 refere-se a solicitação de um oiti. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal

141 de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram um Oiti em frente ao imóvel do solicitante, plantado
142 próximo à sarjeta, em médio porte e em boas condições estruturais e fitossanitárias. Não foi possível
143 verificar elevação da calçada, bem como do muro da rua, conforme relatado na justificativa. Foram
144 observadas leves rachaduras próximas ao meio fio da calçada, e pequenos danos no concreto aplicado
145 no entorno da árvore, sem maiores prejuízos. Dessa forma, a câmara técnica votou pelo indeferimento
146 da solicitação. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica. O próximo
147 processo nº 040185/2024, refere-se a supressão de dois abacateiros, uma Nespereira, e uma Acerola.
148 Durante a vistoria no local, técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
149 identificaram dois abacateiros de grande porte, com altura entre 12 e 15 metros, situados no quintal
150 dos fundos do imóvel. Um deles está próximo ao imóvel vizinho, e o outro, próximo ao imóvel do
151 solicitante. Ambas as árvores possuem copas frondosas e galhos de grande diâmetro, cuja quebra,
152 especialmente em dias de vento, apresenta risco significativo de causar danos. Foi também constatada
153 a presença de raízes desenvolvidas e superficiais que se estendem por mais de seis metros a partir do
154 tronco, em direção ao imóvel (conforme evidenciado nas imagens). A câmara técnica, portanto,
155 recomenda o deferimento da remoção desses dois abacateiros. No caso da aceroleira, situada na área
156 frontal do imóvel, verificou-se que se encontra em boas condições fitossanitárias, sendo de porte
157 pequeno e sem indícios de potenciais danos que justifiquem sua remoção. Dessa forma, o parecer é
158 pelo indeferimento do pedido de supressão dessa árvore. Durante a inspeção, foi observada ainda uma
159 nespereira, espécie exótica frutífera, localizada na calçada em frente ao imóvel. Apesar de não constar
160 na justificativa da solicitante, verificou-se que essa árvore apresenta risco iminente de queda, com a
161 base visivelmente danificada por insetos perfuradores, o que resultou em um tombamento parcial da
162 árvore, que atualmente se apoia no muro da residência. A câmara técnica, assim, recomenda a
163 substituição dessa árvore para garantir a segurança do local. A câmara técnica foi favorável ao
164 deferimento parcial do pedido, pela supressão dos dois abacateiros e uma nespereira. Os membros do
165 CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida.
166 O próximo processo nº 040696/2024, refere-se a supressão de um Coqueiro. Em vistoria no local, os
167 técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram no quintal aos fundos
168 do imóvel do solicitante 3 coqueiros, sendo que um deles está morto. Dessa forma, não se exige
169 documento autorizativo para a retirada do material residual da árvore morta. Portanto a câmara
170 técnica foi favorável ao deferimento do pedido. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer
171 da câmara técnica. O próximo processo nº 040972/2024 refere-se ao corte de um oiti. Em vistoria no
172 local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma árvore de
173 nome popular Oiti, em médio porte, em frente ao imóvel do solicitante, plantado na sarjeta da via. Foi
174 possível observar elevação em grande parte da calçada, com danos severos na mesma, com raízes
175 grossas e superficiais. Entendendo que o desenvolvimento destas árvores seguiu um padrão
176 incompatível com o espaço, a câmara técnica propõe a substituição da árvore por espécie de menor
177 porte e de raízes menos agressivas. Desta forma a câmara técnica foi favorável ao deferimento do
178 pedido, condicionado ao plantio equivalente a duas vezes ao número de árvores suprimidas, sendo o
179 total de duas árvores e pelo menos 1 (uma) no local. Finalizando os pareceres de supressões enviados
180 ao grupo, Sr. Douglas trouxe mais dois processos de supressão para deliberação dos membros. O
181 primeiro processo nº 41374/2024, refere-se a poda drástica de um oiti. Em vistoria no local, os técnicos
182 da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram no endereço supracitado uma
183 árvore de nome comum Oiti, em grande porte, em frente ao imóvel da solicitante. Considerando o
184 porte do Oiti, e que a poda para deixá-la em porte compatível com o espaço se enquadraria como poda
185 excessiva ou poda drástica, a câmara técnica foi favorável ao deferimento da solicitação de poda
186 drástica. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica. O próximo processo
187 nº 41224/2024 refere-se a supressão de um Ipê Rosa. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria
188 Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma árvore de nome comum ipê-rosa, em

189 frente a uma obra de um futuro estabelecimento comercial (conforme croqui apresentado). O acesso
190 do imóvel e a localização do padrão de energia ficou em frente à árvore. Além das questões
191 apresentadas pelo solicitante, foi verificado que a árvore apresenta inclinação considerável em direção
192 à rua, de forma que eleva o solo no sentido contrário da inclinação, o que caracteriza um risco potencial
193 de queda e constitui obstáculo à passagem de ônibus e caminhões. Dessa forma o parecer é favorável
194 à supressão, com substituição no local de pelo menos uma muda de espécie de menor porte (nativa),
195 acrescidos da compensação pecuniária conforme Lei 6.164/2021: “III- edificação comercial - 30 (trinta)
196 UPFM por pavimento da construção civil”, totalizando 30 UPFM (R\$ 227,70). Os membros do
197 CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida.
198 Finalizando esta pauta, Sr. Mauro Francisco de Aquino sugeriu definir uma periodicidade de seis em
199 seis meses comprovando que estão mantendo a árvore em bom estado. Todos concordaram. Foi
200 sugerido pelos membros do CODEMA utilizar o fundo do Meio Ambiente para promover a educação
201 ambiental para a população. Sr. Mauro aproveitou para informar que será enviado a câmara para
202 mudar a legislação no que diz respeito aos valores das multas, realizar os ajustes necessários. Sr. Victor
203 Garcia Pinto, informou que, as autuações independem da espécie da árvore. Porém esta demanda já
204 está em andamento. Finalizando esta pauta, Sr. Victor Garcia Pinto apresentou os recursos de autos
205 de infrações aos membros. O primeiro recurso de auto de infração nº 130/2024 de Rafaela de Paula
206 Souza Coutinho (Souza's Bar), refere-se a denúncia de poluição sonora. Foi apresentada a síntese dos
207 fatos: 1º quadrimestre de 2024, onde teve denúncias na Ouvidoria (perturbação de sossego) na Rua
208 Francisco de Assis Pedrosa, 74, Cardoso de Melo; no dia 28 de abril de 2024, teve a medição (75dB),
209 no dia 08 de maio de 2024 teve uma diligência com o Setor de Gestão do Espaço público (notificação:
210 30 dias); e, depois de novas denúncias, dia 14 de agosto de 2024 houve uma 2ª medição (76dB); às
211 23:02h. Diante dos fatos, foi lavrado o auto de infração por descumprimento de notificação prévia no
212 valor de R\$ 2.967,30. Após isso, o responsável apresentou recurso alegando que a autuação não
213 procede, pois o único som ligado no bar no momento da última medição era o de uma TV de 40”, que
214 transmitia uma partida de futebol, onde as pessoas tendem a falar mais alto; e, complementa que, em
215 casos assim, as pessoas tendem a falar mais alto e, por haver sons oriundos de vozes e da TV, eles se
216 misturam, podendo variar e sofrer alterações na medição dos decibéis; argumentou também que os
217 clientes não viram nenhum carro realizando a referida medição do ruído; e, pondera que tal denúncia
218 resulta de atritos pessoais com vizinhos e que, desde a data da notificação, não descumpre a ordem de
219 limite sonoro. O requerente relaciona três clientes/testemunhas que frequentavam o bar no momento.
220 Diante do exposto, o parecer é pelo indeferimento do recurso apresentado, mantendo o valor
221 estabelecido na autuação de R\$ 2.967,30. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer técnico
222 pelo indeferimento do recurso e também solicitaram que remetesse o auto de infração para o setor de
223 alvará para verificar a questão de horário. O próximo recurso de auto de infração nº 108/2024 é de
224 Max Ribeiro da Silva (Retomax). Foi apresentada a síntese dos fatos: em setembro de 2023 teve uma
225 denúncia de cheiro de tinta e aerodispersão proveniente da oficina Retomax, na Rua Manoel
226 Florentino de Carvalho, Cardoso de Melo; no dia 25 de setembro de 2023, foi realizada uma
227 fiscalização *in loco*, notificando o responsável (sem Licença de Operação) para dar entrada no
228 licenciamento em até 30 dias; no dia 27 de novembro de 2023, o responsável deu entrada no
229 licenciamento, assinando o FOB – Formulário de Orientação Básica em 29 de novembro de 2023; dia
230 29 de maio de 2024 o Auto de Infração nº 108/2024 no valor de R\$ 2.967,30 foi emitido, devido à
231 intempestividade (prazo era de 90 dias) e prosseguimento da atividade poluidora sem a Licença de
232 Operação; no dia 05 de agosto de 2024 o requerente fez apresentação do FCE – Formulário de
233 Caracterização do Empreendimento preenchido; no dia 19 de setembro de 2024 o requerente deu
234 entrada do processo de licenciamento, contendo documentação solicitada acrescidas das condicionante
235 (cabine de pintura); dia 25 de setembro houve uma vistoria de licenciamento e por fim a licença
236 Ambiental foi emitida. O requerente apresentou recurso requerendo a anulação da multa alegando

237 não ter tido condições de fazer as adequações no estabelecimento dentro do tempo determinado de 90
238 dias. Diante do exposto, o parecer é pelo indeferimento do valor, mantendo o valor estabelecido na
239 multa de R\$ 2.967,30. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer técnico pelo indeferimento
240 do recurso, convertendo o valor da multa em bens materiais para o setor do Meio Ambiente.
241 Finalizando esta pauta. Sr. Mauro Francisco de Aquino informou sobre as multas que foram lavradas
242 sobre as limpezas de terrenos, em que no início do ano de 2024 foi aberto um edital por determinação
243 do Ministério Público, especificamente sobre as limpezas de terreno, devido a calamidade da epidemia
244 de dengue, onde determinava que todos deveriam fazer as limpezas de seus terrenos. A determinação
245 foi atendida, porém a Secretaria não teve recursos. Quando o edital saiu, foi dado um prazo de 15
246 (quinze) dias para as pessoas realizarem as limpezas, e se caso não fosse feito, era lavrado o auto de
247 infração, no caso da limpeza feita, teria o abatimento de 50% do valor da multa. No entanto, houve
248 uma falha da Secretaria em não fazer a estimativa do prazo. Sr. Mauro Francisco de Aquino informou
249 que são mais de trinta recursos de auto de infrações, e para tentar solucionar esta causa, a demanda
250 foi enviada ao Ministério Público. O edital era valido até dia 01 de julho de 2024. Sr. Mauro Francisco
251 de Aquino informou que na maioria dos casos foram realizadas as limpezas. Sr. Mauro Francisco de
252 Aquino sugeriu o cancelamento das multas emitidas a partir da data de 01 de julho de 2024, e discutir
253 meios mais eficazes para prevenir a dengue. Todos os membros foram de acordo. Foram discutidos na
254 reunião, ideias para limpeza de terrenos. Finalizando esta pauta, Sr. Mauro Francisco de Aquino
255 informou sobre a Conferência do Meio Ambiente, e sugeriu a data do dia 06 de dezembro de 2024
256 (sexta-feira). Todos concordaram. O tema da Conferência abrange: I- Mitigação; II - Adaptação e
257 preparação para desastres; III - Justiça Climática; IV – Transformação Ecológica; V – Governança e
258 Educação Ambiental. Sr. Mauro solicitou a ajuda do CODEMA para o evento, e quem tiver
259 disponibilidade, entrar em contato. O local ainda não foi definido. A metodologia é baseada em cinco
260 eixos distribuídos em grupos, dividindo na parte da manhã e na parte da tarde para apresentação dos
261 projetos. Finalizando, Sr. Robério de Oliveira Torres questionou sobre a frequência dos membros, e a
262 falta de quórum nas reuniões, e sugeriu a revisão dos membros para a substituição dos que não estão
263 frequentando. Sr. Renato Sigiliano, veio a convite da Rafaela Silva, e se propôs a participar do eixo
264 climático. Nada mais havendo a se tratar, a reunião encerrou-se às dez horas e trinta minutos, sendo a
265 presente ata assinada por todos os membros do CODEMA.
266
267
268
269
270
271
272
273